

# DEMOCRACIA E EXECUTIVO NA AMÉRICA LATINA: ESTUDO COMPARADO ENTRE OS PAÍSES LATINO-AMERICANOS.

Desarrollo en metodologías y producción / análisis de datos.

GT 13 - Reforma do estado, governabilidade e democracia.

Alexandre San Goes  
Carlos Rodrigues  
Deise Brito  
Lorena Correia

## Resumo:

O presente artigo tem por finalidade discutir, com base na literatura especializada, as relações institucionais de países da América Latina, pondo em foco o Executivo acerca do fenômeno do *hiperpresidencialismo*. Na intenção de contribuir com o debate e talvez iluminar uma face do tema, iremos apresentar resultados parciais de pesquisa comparativa sobre a opinião pública em relação a proposições que tangenciam a temática do *hiperpresidencialismo*.

## Resumen:

Este artículo tiene como objetivo discutir, en base a la literatura, las relaciones institucionales de los países de América Latina, con énfasis en el Ejecutivo sobre el fenómeno del *hiperpresidencialismo*. Con el fin de contribuir al debate y quizás iluminar una cara de la cuestión, presentaremos los resultados parciales de la investigación comparativa de la opinión pública acerca de las proposiciones que son tangentes al *hiperpresidencialismo*.

**Palavras-chave:** Hiperpresidencialismo, Opinião Pública e América Latina.

O objetivo central deste artigo é apresentar resultados parciais de uma pesquisa sobre a democracia na América Latina que busca destacar aspectos institucionais e de cultura política de 18 países latino-americanos (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela), particularmente em relação ao papel do Executivo no sistema político desses respectivos países.

É importante mencionar que extensa literatura (CAVAROZZI, 2010; MELO, 2010; LAMOUNIER, 2010; IAZZETTA, 2010; MÁRQUES, 2010; NINO, 1992; PENFOLD, 2010) tem dissertado sobre a capacidade do Executivo de conduzir o processo político, mencionando a tendência de o Executivo governar por decretos, com estilo populista e potencial conflito com o Legislativo. De acordo com esta literatura, esse *hiperpresidencialismo*<sup>1</sup> na América Latina tem impulsionado crises de instabilidade e governabilidade na região. Destarte, esse fato estaria relacionado ao desempenho destas democracias.

O fenômeno do *neopopulismo* – conforme definido por Baquero (2011) – tem afetado a dinâmica política de as democracias latino-americanas. O impacto com que estes fenômenos atingem o

---

<sup>1</sup> O *hiperpresidencialismo* consiste o fenômeno no qual o presidente congrega prerrogativas que supostamente não estariam dentro de sua tarefa na divisão fazendo com que o Executivo haja, por exemplo, de modo a legislar.

processo democrático na América Latina nos faz apontar o diagnóstico no qual passa a ver o exercício democracia nesta região de modo a ser problematizado.

A despeito da institucionalização dos procedimentos democráticos, as democracias latino-americanas convivem com ausência de alguns direitos básicos de cidadania e com a presença de práticas tradicionais e autoritárias, numa conjuntura social adversa marcada pela pobreza e desigualdades sociais. Diante desse quadro, a pesquisa propõe investigar as seguintes questões: qual a percepção da opinião pública acerca das experiências institucionais democráticas? Existe relação entre a percepção da opinião pública sobre a democracia e a experiência de hiperpresidencialismo?

A proposta metodológica do trabalho parte de uma análise descritiva e explicativa de recentes fatos históricos e políticos ocorridos na América Latina no que concerne à ação do poder Executivo, construindo um quadro analítico contendo informações relevantes da democracia de cada país. A análise desse levantamento foi realizada à luz do aporte teórico-metodológico da democracia, da teoria da cultura política (ALMOND&VERBA, 1989), da pesquisa comparada (EASTON, 1968) e com base em dados de pesquisa de opinião pública disponibilizados pelo *Latinobarômetro* e *Bti-index*.

O método comparativo mostrou-se útil no desenvolvimento da pesquisa, pois permitiu comparar sistemas políticos, independentemente das diferenças culturais, históricas, econômicas e políticas, seja pela maximização das semelhanças e/ou das diferenças dos fenômenos, no espaço ou no tempo, de forma sincrônica ou diacrônica, tendo em vista entender, explicar e prever tais fenômenos. Ademais, optou-se por selecionar os dados de 2010 no *Latinobarômetro* e, desta forma, o eixo comparativo foi construído com base nas notícias e relatórios deste período.

Recentes estudos buscam analisar a qualidade da democracia a partir de algumas variáveis específicas, como a satisfação dos cidadãos com o desempenho do regime democrático, a confiança nas instituições democráticas e a participação política, de modo a compreender os fatores envolvidos na consolidação da democrática de um país. Na América Latina existe uma série de pesquisas realizadas de forma sistemática, desde os anos 1990, com o objetivo de avaliar as percepções, os valores e as atitudes políticas dos cidadãos em relação à democracia e ao funcionamento das instituições políticas. Tais pesquisas de opinião fornecem importantes subsídios sobre a cultura política latino-americana e permitem um estudo cada vez mais sistematizado e comparativo dos aspectos substantivos da democracia entre os países, revelando uma dinâmica sobre a relação entre o desempenho das instituições e o grau de satisfação dos cidadãos acerca da democracia.

Com base no contexto político, na literatura e nos dados disponibilizados pelo *Latinobarômetro* a pesquisa buscou traçar um perfil da democracia latino-americana, explicitando os indicadores da qualidade das instituições políticas – relacionadas ao Executivo – e do desempenho do regime democrático na América Latina.

Marcelo Cavarozzi (2010) argumenta que nos anos 1990, a América Latina enfrentou ondas de instabilidade política, marcada por processos de impeachment de presidentes da República: Fernando Collor de Mello (Brasil), Carlos Andrés Pérez (Venezuela), Ernesto Samper (Colômbia), Abdalá Bucaram (Equador) e Raúl Cubas e Luis González Macchi (Paraguai). No entanto, a instabilidade política na região é histórica e crônica: desde o declínio dos regimes oligárquicos até os anos 1960 e, em seguida, do regime autoritário até a redemocratização.

No período anterior à democratização destaca-se que o presidencialismo funcionava por meio de regras à margem do ordenamento constitucional. Tratando-se de um *presidencialismo paraconstitucional* (CAVAROZZI, 2010), no qual o presidente mostrava-se enquanto papel central no jogo político. Esse jogo se mantinha a partir de alguns mecanismos: corporativos, canais partidários, clientelistas e de identificação direta com o presidente. Conforme os países (Equador, o Peru, a Bolívia, o Chile, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e o Brasil) se abriam para a redemocratização as regras formais da democracia tomavam forma. Desta maneira, os presidentes das nações latinoamericanas começaram a ocupar cargos respaldados por eleições livres.

De acordo com Marcus André Melo (2010), o *hiperpresidencialismo* e as estratégias de administração das coalizões são elementos-chave para a governabilidade nestes países. A concentração de autoridade em mãos do Executivo, as violações à liberdade de imprensa, a corrupção generalizada, os supostos vínculos entre funcionários públicos e os cartéis das drogas, a ingerência política por parte dos presidentes nas Supremas Cortes de Justiça e dos congressos e o controle das massas atestam o quadro latinoamericano. Para este autor, há na América Latina: aquelas “*democracias não liberais*” ou *iliberais*. Na realidade, uma combinação de eleições relativamente livres com abusos de poder por parte do Poder Executivo – conforme se expressa em Venezuela, Bolívia e Equador.

No presidencialismo latino-americano é possível notar que se o Poder Executivo não tiver apoio do Poder Legislativo instala-se uma crise de instabilidade e de governabilidade no qual passa a governar por decretos e aproximação das massas. Em geral, os presidentes amplos poderes: tanto *proativos* (apresentar leis específicas, emitir decretos, definir agenda) como *reativos* (pode de veto).

A democracia não funciona em um vazio social e normativo. São necessárias normas sociais de tolerância, porque são elas que promovem a cooperação e a coordenação. Por outro lado, a cooperação bem-sucedida estimula por si mesma, e em um círculo virtuoso, uma maior tolerância e, portanto, mais tolerância.

Conforme constatado nas tabelas<sup>2</sup> a seguir, constatamos de modo comparativo as percepções da opinião pública acerca das experiências democráticas no que tange as relações institucionais dos países da América Latina.

Ademais, com a tabela 1 notamos que *Brasil, El Salvador, Paraguai e República Dominicana* atestam que a opinião pública dos respectivos países está de acordo com a possibilidade de o governo desobedecer à lei, o parlamento e as instituições para tratar de uma situação difícil. Enquanto, a opinião pública *da Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela* em desacordo à possibilidade.

De acordo com a tabela 2, somente a opinião pública do Equador atesta concordar em manter uma democracia sem congresso. Notamos que em 2010, ano de realização da pesquisa, foi aprovada uma nova Constituição que fortalece o presidente em detrimento da separação dos poderes clássica.

A tabela 3 estabelece conexões acerca da confiança no Congresso. Somente *Uruguai e Venezuela* atestam confiar em seus respectivos Congressos. De modo distinto, as opiniões públicas de *Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana* atestam não confiar em seus respectivos Congressos.

Notamos que a tabela 4 que apresenta a confiança da opinião pública latinoamericana no governo demonstra variações de um país a outro. De toda maneira, percebemos que nenhum destes países apresenta alta confiança no Governo a despeito dos impulsos de *hiperpresidencialismo* que se apresentam – também em diferentes graus – nos países da América Latina destacados.

Apesar de nos oferecer um quadro interessante sobre a percepção pública das democracias latinoamericanas, a pesquisa encontra limites quanto às explicações de vínculo da percepção da opinião pública de um respectivo país ao fenômeno do *hiperpresidencialismo*. Destacamos que pesquisas posteriores poderão deter-se sobre cada país em particular e perseguir a questão básica do *hiperpresidencialismo* e, em consequência, possíveis articulações comparativas.

---

<sup>2</sup> Elaboradas a partir do cruzamento das pesquisas de opinião pública do Latinobarometro em 2010.

Tabela 1

		Identificador de país																		
		Suma	Argentina	Bolívia	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Chile	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Nicarágua	Panamá	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela	República Dominicana
<b>Para o governo, é permitido desobedecer a lei, o parlamento e as instituições para tratar de uma situação difícil.</b>	Muito de acordo	9,4 %	3,8 %	3,5 %	15,7 %	5,6 %	17,9 %	11,2 %	7,7 %	7,8 %	4,5 %	11,8 %	5,3 %	7,3 %	12,5 %	19,3 %	3,8 %	7,4 %	6,0 %	19,4 %
	De acordo	32,3 %	25,8 %	23,7 %	43,4 %	29,9 %	31,0 %	30,2 %	41,0 %	43,4 %	32,9 %	28,9 %	28,4 %	25,6 %	32,5 %	39,7 %	31,4 %	29,4 %	24,0 %	41,1 %
	Desacordo	39,8 %	52,8 %	48,2 %	19,9 %	43,9 %	37,7 %	39,9 %	34,5 %	37,8 %	48,8 %	38,3 %	45,3 %	48,4 %	40,1 %	25,5 %	46,8 %	42,1 %	41,2 %	26,6 %
	Muito desacordo	18,5 %	17,6 %	24,6 %	21,0 %	20,6 %	13,4 %	18,6 %	16,8 %	10,9 %	13,7 %	21,0 %	21,0 %	18,7 %	15,0 %	15,5 %	18,0 %	21,1 %	28,8 %	12,8 %
	Suma	1908 9 (100%)	1155 (100%)	1107 (100%)	1129 (100%)	1131 (100%)	964 (100%)	1115 (100%)	1137 (100%)	926 (100%)	942 (100%)	935 (100%)	1160 (100%)	901 (100%)	936 (100%)	1157 (100%)	1118 (100%)	1136 (100%)	1158 (100%)	984 (100%)

Fonte: Latinobarometro 2010

Tabela 2

		Identificador de país																		
		Suma	Argentina	Bolívia	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Chile	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Nicarágua	Panamá	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela	República Dominicana
<b>Não pode haver democracia sem um congresso nacional</b>	Sem Congresso Nacional não pode haver democracia	<b>66,3 %</b>	76,2 %	65,6 %	50,5 %	62,5 %	68,2 %	77,6 %	44,4 %	66,4 %	68,8 %	72,2 %	60,0 %	68,4 %	58,3 %	60,5 %	63,3 %	78,4 %	84,6 %	66,3 %
	A democracia pode funcionar sem Congresso Nacional	<b>33,7 %</b>	23,8 %	34,4 %	49,5 %	37,5 %	31,8 %	22,4 %	55,6 %	33,6 %	31,2 %	27,8 %	40,0 %	31,6 %	41,7 %	39,5 %	36,7 %	21,6 %	15,4 %	33,7 %
	Suma	<b>17876 (100%)</b>	<b>1116 (100%)</b>	<b>994 (100%)</b>	<b>1023 (100%)</b>	<b>1040 (100%)</b>	<b>933 (100%)</b>	<b>1075 (100%)</b>	<b>1080 (100%)</b>	<b>859 (100%)</b>	<b>830 (100%)</b>	<b>907 (100%)</b>	<b>1031 (100%)</b>	<b>866 (100%)</b>	<b>873 (100%)</b>	<b>1052 (100%)</b>	<b>1034 (100%)</b>	<b>1088 (100%)</b>	<b>1106 (100%)</b>	<b>968 (100%)</b>

Fonte: Latinobarometro 2010

Tabela 3

		Identificador de país																		
		Suma	Argentina	Bolívia	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Chile	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Nicarágua	Panamá	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela	República Dominicana
Confiança no Congresso	Muita confiança	<b>6,9 %</b>	4,5 %	3,4 %	8,1 %	5,6 %	17,8 %	3,8 %	2,3 %	2,1 %	4,0 %	13,5 %	3,8 %	5,0 %	8,2 %	4,3 %	0,5 %	15,1 %	16,7 %	6,1 %
	Alguma confiança	<b>28,4 %</b>	35,5 %	26,7 %	37,4 %	27,5 %	30,1 %	37,8 %	21,7 %	24,2 %	14,2 %	28,4 %	26,3 %	17,6 %	30,1 %	25,0 %	13,9 %	49,3 %	33,9 %	26,3 %
	Pouca confiança	<b>37,6 %</b>	41,3 %	45,1 %	33,2 %	39,7 %	36,6 %	44,3 %	43,0 %	48,7 %	43,8 %	30,7 %	46,4 %	36,6 %	32,2 %	33,5 %	40,7 %	24,9 %	23,8 %	32,4 %
	Nenhuma confiança	<b>27,2 %</b>	18,7 %	24,8 %	21,3 %	27,2 %	15,5 %	14,1 %	33,0 %	24,9 %	38,0 %	27,4 %	23,5 %	40,8 %	29,5 %	37,3 %	44,9 %	10,8 %	25,6 %	35,2 %
	Suma	<b>19424 (100%)</b>	<b>1168 (100%)</b>	<b>1121 (100%)</b>	<b>1156 (100%)</b>	<b>1136 (100%)</b>	<b>979 (100%)</b>	<b>1180 (100%)</b>	<b>1179 (100%)</b>	<b>949 (100%)</b>	<b>939 (100%)</b>	<b>974 (100%)</b>	<b>1096 (100%)</b>	<b>928 (100%)</b>	<b>973 (100%)</b>	<b>1156 (100%)</b>	<b>1175 (100%)</b>	<b>1153 (100%)</b>	<b>1168 (100%)</b>	<b>994 (100%)</b>

Fonte: Latinobarometro 2010

Tabela 4

		Identificador de país																	
		Argentina	Bolívia	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Chile	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Nicarágua	Panamá	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela	República Dominicana
Confiança no governo	Alta confiança (muita)	7,2%	11,7%	14,1%	13,9%	10,6%	11,4%	9,4%	16,9%	5,6%	18,4%	5,8%	15,8%	20,8%	12,8%	1,5%	26,7%	21,1%	9,4%
	Média (pouca e alguma confiança)	66,8%	64,6%	69,4%	69,9%	73,1%	76,7%	75,6%	67,7%	59,2%	57,5%	72,1%	51,2%	61,4%	67,8%	66,9%	65%	55,3%	50,2%
	Baixa (nenhuma)	26,1%	23,7%	16,5%	16,1%	16,3%	16,3%	15%	15,4%	35,2%	24%	22,1%	33,1%	17,8%	19,3%	31,7%	8,4%	23,6%	40,5%

Fonte: Latinobarometro 2010

**MAPEAMENTO POLÍTICO DOS PAÍSES DEMOCRÁTICOS DA AMÉRICA LATINA**

<b>PAÍSES</b>	<b>REGIME POLÍTICO</b>	<b>LEGISLATIVO</b>	<b>JUDICIÁRIO</b>
ARGENTINA	República Federal Presidencialista	Bicameral	9 Juízes selecionados pelo conselho da magistratura.
BRASIL	República Federativa Presidencialista	Bicameral	11 ministros são nomeados vitaliciamente pelo presidente e confirmados pelo Senado.
BOLÍVIA	República Unitária Presidencialista	Bicameral	Os membros são eleitos pelo voto popular a partir de uma lista pré-selecionada pela Assembleia Nacional.
CHILE	República Federal Presidencialista	Bicameral	20 juízes nomeados pelo presidente.
COLÔMBIA	República Unitária Presidencialista	Bicameral	Juízes são escolhidos entre os indicados do Conselho Superior Judicial para período de oito anos.
COSTA RICA	República Presidencialista	Unicameral	22 juízes são eleitos por períodos renováveis de oito anos selecionados pela Assembleia legislativa.
EL SALVADOR	República Presidencialista	Unicameral	15 Juízes selecionados pela Assembleia Legislativa.
EQUADOR	República Unitária Presidencialista	Unicameral	A Suprema Corte é composta por 31 juízes escolhidos pelos membros atuais da corte.
GUATEMALA	República Presidencialista	Unicameral	5 juízes são eleitos pelo Congresso.
HONDURAS	República Presidencialista	Unicameral	A Suprema Corte é composta por 15 juízes pela Assembleia Nacional com mandato de sete anos.
MÉXICO	República Federal Presidencialista	Bicameral	Juízes ou ministros são nomeados pelo presidente com aprovação do Senado.
NICARÁGUA	República Presidencialista	Unicameral	Corte Suprema com 16 juízes eleitos pela Assembleia Nacional com o mandato de cinco anos.
PANAMÁ	República Presidencialista	Unicameral	9 Juízes nomeados por um período de 10 anos.
PARAGUAI	República Presidencialista	Bicameral	9 Juízes nomeados pelo senado.
PERU	República Unitária Presidencialista	Unicameral	Juízes são nomeados pelo Conselho Nacional da Magistratura.
REP DOMINICANA	República Federal Presidencialista	Bicameral	Juízes são nomeados pelo Conselho Nacional de Justiça.
URUGUAI	República Presidencialista	Bicameral	5 Juízes nomeados pela assembléia geral por um período de 10 anos.
VENEZUELA	República Federal Presidencialista	Bicameral	32 magistrados são eleitos pela Assembleia Nacional para um mandato de 12 anos não prorrogáveis.



- **Argentina**

O período analisado estava marcado pela continuidade do crescimento econômico e melhora nos indicadores socioeconômicos. Desde 2007 quando Cristina Kirchner assumiu a presidência, as tensões políticas e sociais aumentaram, tendo forte mobilização sindical. Notamos que há forte fragmentação do sistema partidário argentino e elevado ativismo do executivo, a figura da presidente, nos processos de condução política da Argentina.

### Principais Indicadores

População (mn.)	39,5	HDI	0,87	PIB pc (\$)	13238
POP. crescimento (% aa)	0,9	IDH de 182	49	Índice de Gini	50,0
Expectativa de vida(anos)	75	Índice de Educação da ONU	0,95	Pobreza <sup>2</sup> (%)	11,3
Urban pop (%)	91,8	A igualdade de gênero <sup>1</sup>	0,69	PIB pc (%)	2,1

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009

- **Brasil**

Em 2010, o Brasil se tornou a quinta maior economia do mundo – situação caracterizada pelo avanço na área macroeconômica que fora aquecida por políticas públicas voltadas para o investimento, com o crescimento do PIB em 7,5%. Com alta taxa de popularidade, o presidente Lula encerrou o seu mandato conseguindo eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, que foi a primeira mulher presidente do Brasil. As eleições para a composição do Congresso Nacional após as eleições de 2010 indicaram coalizão governista ampliada, tanto na Câmara quanto no Senado.

### Principais Indicadores

População (mn.)	190,1	HDI	0,81	PIB pc (\$)	9684
POP. crescimento (% aa)	1,0	IDH de 182	75	Índice de Gini	55,0
Expectativa de vida(anos)	72	Índice de Educação da ONU	0,89	Pobreza <sup>2</sup> (%)	12,7
Urban pop (%)	85,1	A igualdade de gênero <sup>1</sup>	0,50	PIB pc (%)	1,6

Fontes: PNUD 2009

- **Bolívia**

Desde 2005, o presidente Evo Morales assumiu o poder. Na política boliviana, o executivo tende a ser mais forte que o congresso, que se limita a debater e aprovar as iniciativas legislativas do presidente.

Atualmente, existem dois fatores que complicam a separação de poderes: a transição para uma nova constituição e as novas instituições do estado ainda estão se consolidando; o grande apoio popular a Morales e ao partido *MAS* resultou na maioria nas duas câmaras do novo parlamento, em 2009.

### Principais Indicadores

População (mn.)	9,5	HDI	0,73	PIB pc (\$)	4014
POP. crescimento (% aa)	1.7	IDH de 182	113	Índice de Gini	58.2
Expectativa de vida(anos)	66	Índice de Educação da ONU	0,89	Pobreza <sup>2</sup> (%)	30,3
Urban pop (%)	65,1	A igualdade de gênero <sup>1</sup>	0,51	PIB pc (%)	50,1

Fontes: PNUD 2009

- **Chile**

Sebastián Piñera foi eleito presidente do Chile em 2009 após um longo período de vinte anos no qual a oposição manteve-se no comando. Importante lembrar que o início do mandato de Piñera se deu logo após o devastador terremoto, de fevereiro de 2010; esta circunstância que redefiniu as prioridades do governo quanto às políticas nacionais. Em situações como estas, a possibilidade do presidente mostra-se mais ativo aumenta, em função do clamor nacional.

### Principais Indicadores

População (mn.)	44,0	HDI	0,81	PIB pc (\$)	8587
POP. crescimento (% aa)	1.3	IDH de 182	77	Índice de Gini	58.5
Expectativa de vida(anos)	73	Índice de Educação da ONU	0,88	Pobreza <sup>2</sup> (%)	27,9
Urban pop (%)	74,2	A igualdade de gênero <sup>1</sup>	0.49	PIB pc (%)	16,6

Fontes: PNUD 2009

- **Colômbia**

Durante o período de 2007 a 2009, a crise econômica internacional teve um impacto sobre as taxas de crescimento da Colômbia. A reforma do sistema político esteve em debate e variadas propostas entraram em discussão: desde aquela que impulsiona a participação das mulheres no parlamento àquelas que visam restringir a participação dos partidos políticos e criar mecanismos facilitadores, ao Executivo, no jogo político.

## Principais Indicadores

População (mn.)	44,0	HDI	0,81	PIB pc (\$)	8587
POP. crescimento (% aa)	1,3	IDH de 182	77	Índice de Gini	58,5
Expectativa de vida(anos)	73	Índice de Educação da ONU	0,88	Pobreza <sup>2</sup> (%)	27,9
Urban pop (%)	74,2	A igualdade de gênero <sup>1</sup>	0,49	PIB pc (%)	16,6

Fontes: PNUD 2009

### • Costa Rica

Entre os anos de 2007 e 2009, os eventos políticos e econômicos da Costa Rica estiveram relacionados ao *Acordo de Livre Comércio da América Central* (CAFTA). Para aprovar este acordo, os políticos de Costa Rica empreenderam disputas políticas cuja resolução se deu em referendo – apoiado pelo presidente Arias que redirecionou sua estratégia legislativa para garantir a aprovação da lei. Em 2010, a eleição de Laura Chinchilla Miranda, vice-presidente da República no mandato anterior, manteve a tendência política do país, a do *Partido Liberación Nacional* que obteve o maior número de cadeiras nas eleições parlamentares.

## Principais Indicadores

População (mn.)	4,5	HDI	0,85	PIB pc (\$)	10842
POP. crescimento (% aa)	1,4	IDH de 182	54	Índice de Gini	47,2
Expectativa de vida(anos)	79	Índice de Educação da ONU	0,88	Pobreza <sup>2</sup> (%)	8,6
Urban pop (%)	62,7	A igualdade de gênero <sup>1</sup>	0,69	PIB pc (%)	11,8

Fontes: PNUD 2009

### • El Salvador

Em 2007 e 2008, o governo de El Salvador avançou na consolidação da economia de livre mercado, no entanto avançou pouco em questões como as reformas sociais e políticas. Em 2009, Carlos Mauricio Funes Cartagena - da *Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional* (FMLN) - derrota a coalizão que governava o país desde 1989 e se torna presidente de El Salvador. O ativismo de Cartagena compreende o desafio de superar os problemas socioeconômicos persistentes, além de aprofundar aspectos da democracia no país.

### Principais Indicadores

População (mn.)	6.1	HDI	0,75	PIB pc (\$)	6514
POP. crescimento (% aa)	0.4	IDH de 182	106	Índice de Gini	49,7
Expectativa de vida(anos)	71	Índice de Educação da ONU	0,79	Pobreza <sup>2</sup> (%)	20,5
Urban pop (%)	60.4	A igualdade de gênero <sup>1</sup>	0,53	PIB pc (%)	12,9

Fontes: PNUD 2009

- **Equador**

O presidente Rafael Correa concentra poder em torno de si. O conceito de governo é plebiscitário e envolve a subordinação dos poderes ao presidente, que pode contar com o apoio de eleitores. Há fraqueza da estrutura da separação dos poderes e também concentração desses poderes nas mãos do presidente.

A nova Constituição aprovada no período fortaleceu o papel presidente e o do Estado como ator econômico, social e político, promovendo a criação de direitos.

### Principais Indicadores

População (mn.)	13,3	HDI	0,81	PIB pc (\$)	7437
POP. crescimento (% aa)	1.0	IDH de 182	80	Índice de Gini	54.4
Expectativa de vida(anos)	75	Índice de Educação da ONU	0,87	Pobreza <sup>2</sup> (%)	12.8
Urban pop (%)	64.9	A igualdade de gênero <sup>1</sup>	0,61	PIB pc (%)	16.1

Fontes: PNUD 2009

- **Guatemala**

A Guatemala continua a ser, mesmo depois de 20 anos após a abertura democrática, um dos países mais violentos do mundo. A segurança pública e controle da violência atuam como entraves para o desenvolvimento democrático do país. O Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, publicado em 2008, levantou dúvidas sobre o modelo de desenvolvimento econômico mediante queda de 5,7% em 2007 para 3,3% em 2008. De acordo com os dados da CEPAL, publicado pelo Bti-project, a inflação subiu para 10,9% em 2008 e os salários mínimos reais caíram 11%.

## Principais Indicadores

População (mn.)	13,3	HDI	0,70	PIB pc (\$)	4589
POP. crescimento (% aa)	2.4	IDH de 182	122	Índice de Gini	53.7
Expectativa de vida(anos)	70	Índice de Educação da ONU	0,72	Pobreza <sup>2</sup> (%)	24,3
Urban pop (%)	48,1	A igualdade de gênero <sup>1</sup>	-	PIB pc (%)	33,7

Fontes: PNUD 2009

### • Honduras

O presidente Porfirio Lobo Sosa, do *Partido Nacional de Honduras*, foi eleito em 2009 depois do golpe de estado e assumiu em 2010. O chamado golpe militar em Honduras em 2009, assim considerado por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas - ONU, foi um acontecimento desencadeado quando o Exército, em cumprimento a um mandado de prisão emitido pelo Poder Judiciário, prendeu o presidente Manuel Zelaya na manhã de 28 de junho de 2009. Zelaya foi deposto depois de contrariar a elite e o Congresso de Honduras com suas tentativas de ampliar o limite de mandatos presidenciais. A estrutura social, econômica e política estão dominadas por uma pequena elite oligárquica através do clientelismo, corrupção e informalidade.

## Principais Indicadores

População (mn.)	7.1	HDI	0,73	PIB pc (\$)	3796
POP. crescimento (% aa)	1.9	IDH de 182	112	Índice de Gini	55.3
Expectativa de vida(anos)	70	Índice de Educação da ONU	0,81	Pobreza <sup>2</sup> (%)	29,7
Urban pop (%)	47,4	A igualdade de gênero <sup>1</sup>	0,59	PIB pc (%)	65,3

Fontes: PNUD 2009

### • México

O presidente Felipe Calderon, eleito em 2006, testemunhou o crescimento de 5,5%, em 2010, da economia do México – maior taxa de expansão registrada pelo país em uma década. No entanto, os problemas de violência urbana cresciam tanto que Calderón reconheceu que em 2010 havia tido “o maior número de mortes violentas no país” em decorrência da guerra entre cartéis de drogas. O ativismo de Calderón contra o narcotráfico mostrou-se intenso no período analisado.

### Principais Indicadores

População (mn.)	105,3	HDI	0,85	PIB pc (\$)	14104
POP. crescimento (% aa)	1,0	IDH de 182	53	Índice de Gini	48,1
Expectativa de vida(anos)	75	Índice de Educação da ONU	0,89	Pobreza <sup>2</sup> (%)	4,8
Urban pop (%)	76,9	A igualdade de gênero <sup>1</sup>	0,55	PIB pc (%)	1,2

Fontes: PNUD 2009

#### • Nicarágua

O presidente Daniel Ortega Saavedra (segundo mandato) - *Frente Sandinista para Libertação Nacional* (FSLN) a partir de 2007 passou a ter controle de maior parte da Corte Suprema Eleitoral, o que lhe dá acesso registros eleitorais, mesas de votação, etc. Durante o período avaliado (2008-2009), o Executivo passou por cima da constituição para pressionar a imprensa e consolidou conselhos de democracia direta formados quase que exclusivamente pelos aliados da Frente Sandinista.

### Principais Indicadores

População (mn.)	5,6	HDI	0,70	PIB pc (\$)	2570
POP. crescimento (% aa)	1,3	IDH de 182	124	Índice de Gini	52,3
Expectativa de vida(anos)	73	Índice de Educação da ONU	0,76	Pobreza <sup>2</sup> (%)	31,8
Urban pop (%)	56,5	A igualdade de gênero <sup>1</sup>	0,54	PIB pc (%)	148,7

Fontes: PNUD 2009

#### • Panamá

A estabilidade política e o forte desempenho macroeconômico do Panamá nos últimos anos possibilitou que houvesse uma redução das discrepâncias sociais no país. O presidente Ricardo Martinelli, eleito em junho de 2009, mostra-se empenhado no aproveitamento geopolítico e estratégico do Panamá em relação ao alargamento em curso do Canal que une os oceanos Atlântico e Pacífico. O sistema democrático do Panamá frequentemente vê empecilhos como o crime e a corrupção para desenvolver-se.

### Principais Indicadores

População (mn.)	3,3	HDI	0,84	PIB pc (\$)	11391
POP. crescimento (% aa)	1,6	IDH de 182	60	Índice de Gini	54,9
Expectativa de vida(anos)	76	Índice de Educação da ONU	0,89	Pobreza <sup>2</sup> (%)	17,8
Urban pop (%)	72,4	A igualdade de gênero <sup>1</sup>	0,60	PIB pc (%)	-40,4

Fontes: PNUD 2009

- **Paraguai**

Notamos que o Paraguai está passando por um período de transição política. Em 20 de abril de 2008, após 61 anos no poder, o Partido Colorado perdeu as eleições presidenciais. Fernando Lugo, ex-bispo e candidato representando uma ampla coalizão de partidos e organizações sociais, venceu a eleição com 41% dos votos expressos. Fernando Lugo enfrentou dificuldades, em decorrência da falta de apoio do Parlamento, no entanto procurou insistir em favor de programas de reformas de cunho populista.

#### Principais Indicadores

População (mn.)	6.1	HDI	0,76	PIB pc (\$)	4433
POP. crescimento (% aa)	1.7	IDH de 182	101	Índice de Gini	53.2
Expectativa de vida(anos)	72	Índice de Educação da ONU	0,87	Pobreza <sup>2</sup> (%)	14,2
Urban pop (%)	59,7	A igualdade de gênero <sup>1</sup>	-	PIB pc (%)	17,6

Fontes: PNUD 2009

- **Peru**

O presidente Alán Garcia Perez eleito pelo APRA para assumir mandato entre 28 de julho de 2006 a 28 de julho de 2011. Com forte crescimento registrado nos últimos anos, o Peru vem ganhando cada vez mais espaço no cenário econômico do continente. Apesar do crescimento de 8,7% em 2010, país ainda enfrenta conflitos sociais, ambientais e problemas de corrupção.

#### Principais Indicadores

População (mn.)	28,5	HDI	0,81	PIB pc (\$)	7668
POP. crescimento (% aa)	1.2	IDH de 182	78	Índice de Gini	49,6
Expectativa de vida(anos)	73	Índice de Educação da ONU	0,89	Pobreza <sup>2</sup> (%)	18,5
Urban pop (%)	59,7	A igualdade de gênero <sup>1</sup>	0,63	PIB pc (%)	9,4

Fontes: PNUD 2009

- **República Dominicana**

Destaca-se o então presidente Antonio Leonel Fernández Reyna, eleito pelo *Partido de la Liberación Dominicana*. Em 2010, a economia dominicana demonstrou a sua força e dinamismo ao apresentar um crescimento econômico preliminar de 7,8%. A recuperação da economia dominicana seguiu-se em 2010. A diferença com o ano anterior, quando os setores da economia focada em atender as necessidades dos dominicanos foram os setores que apresentaram maior dinamismo e crescimento em 2010, todos os setores econômicos, tanto internos quanto externos, foram registrados dinamismo e crescimento.

### Principais Indicadores

População (mn.)	9,7	HDI	0,78	PIB pc (\$)	7726
POP. crescimento (% aa)	1,1	IDH de 182	90	Índice de Gini	50,0
Expectativa de vida (anos)	73	Índice de Educação da ONU	0,84	Pobreza (%)	15,1
Urban pop (%)	71,3	A igualdade de gênero	0,56	PIB pc (%)	13,1

Fontes: PNUD 2009

- **Uruguai**

O presidente Tabaré Vázquez, eleito em 2005, obteve elevado apoio do eleitorado no decorrer de seu mandato. Com uma eficiente equipe de profissionais experientes, Vázquez conseguiu aprovar a legislação para reforma, no intuito de equilibrar os incentivos de mercado e responsabilidade social e modernizar as instituições e tornar o país. O Uruguai é uma democracia consolidada sob o império da lei, com uma sociedade civil forte, um alto nível de participação e sem defeitos substanciais. Além disso, Vázquez possibilitou uma consolidação mais consistente e sistêmica da economia.

### Principais Indicadores

População (mn.)	3,3	HDI	0,87	PIB pc (\$)	11480
POP. crescimento (% aa)	0,3	IDH de 182	50	Índice de Gini	46,2
Expectativa de vida(anos)	76	Índice de Educação da ONU	0,96	Pobreza <sup>2</sup> (%)	4,2
Urban pop (%)	92,2	A igualdade de gênero <sup>1</sup>	0,54	PIB pc (%)	10,2

Fontes: PNUD 2009

- **Venezuela**

Após derrota de sua proposta de emenda constitucional em 2007, o então presidente Hugo Chávez tentou acelerar o ritmo das reformas ao *Socialismo Bolivariano*. A situação política da Venezuela, em 2010, esteve reacionado a problemas como a violência urbana, alta inflação e escassez de alimentos. Apesar disto, as eleições parlamentares de 2010 apontaram vitória do chavismo em relação ao desempenho da oposição.



## Principais Indicadores

População (mn.)	27.5	HDI	0,84	PIB pc (\$)	12156
POP. crescimento (% aa)	1.7	IDH de 182	58	Índice de Gini	43,4
Expectativa de vida(anos)	74	Índice de Educação da ONU	0,92	Pobreza (%)	10.2
Urban pop (%)	93,0	A igualdade de gênero	0.58	PIB pc (%)	2.6

Fontes: PNUD 2009

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].
- BAQUERO, Marcello. **Populismo e neopopulismo na América Latina: o seu legado nos partidos e na cultura política**. Sociedade e Cultura, v. 13, n. 2, p. 181-192, 2011.
- CAVAROZZI, Marcelo. **Ação presidencial na América Latina: antecedentes históricos e uma tipologia do século XXI**. In: *Difícil democracia*. Sergio Fausto (organização) – São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- EASTON, D. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968
- IAZZETTA, Osvaldo. **Luzes e sombras da democracia na Argentina: conquistas e temas pendentes**. In: *Difícil democracia*. Sergio Fausto (organização) – São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- LAMOUNIER, Bolívar. **Tendências anti-institucionais no Brasil pós-transição: populistas, “picaretas” e carbonários**. In: *Difícil democracia*. Sergio Fausto (organização) – São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- MÁRQUEZ, Jesús Silva-Herzog. **Ineficácia, captura e feitiços: México, uma democracia imatura**. In: *Difícil democracia*. Sergio Fausto (organização) – São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- MELO, Marcus André. **Equilíbrios e desequilíbrios de poderes na América Latina**. In: **Difícil democracia**. Sergio Fausto (organização) – São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- NINO, Carlos. **El hiperpresidencialismo argentino y las concepciones de la democracia**. Nino, Carlos, Gargarella, Roberto y otros, *El presidencialismo puesto a prueba*, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1992.
- PENFOLD, Michael. **La democracia subyugada: El hiperpresidencialismo venezolano**. *Revista de ciência política* (Santiago), v. 30, n. 1, p. 21-40, 2010.